

Da verdade religiosa à religião verdadeira em Zubiri

From the religious truth to the true religion

in Zubiri

*Thiago Guagliardo Klohn**

Resumo: O presente artigo é um fragmento, aqui adaptado, da dissertação de mestrado do autor intitulada *Religião, ética e paz: uma análise do fenômeno religioso a partir da tolerância em Voltaire*, que busca responder se a religião é um elemento harmonizador das tensões e conflitos humanos ou uma justificativa para a violência, intolerância e segregação. Este exceto, porém, demonstra parte dessa investigação maior feita não de uma perspectiva teológica, mas filosófica, sobre o aspecto humanístico no fenômeno religioso enquanto elemento fundamental para validar o que seria, por assim dizer, uma “religião verdadeira”. Aquele estudo, de caráter bibliográfico e polifônico, parte dos protestos contra a intolerância feitas no Iluminismo francês por Voltaire, passa por observações feitas por outros filósofos da ilustração e da contemporaneidade e culmina nas proposições levantadas por Xavier Zubiri, mais especificamente em sua obra *El problema filosófico de la historia de las religiones*. Neste artigo, porém, pontua-se apenas aquilo que Zubiri, de um viés fenomênico, na referida obra, julga serem as marcas essenciais a todas as religiões, ou seja: o sagrado, uma comunidade litúrgica, uma escatologia e a experiência do sagrado, que está intrínseca às outras três primeiras marcas. Ademais, evidencia-se aqui o processo segundo o qual Zubiri explica o fenômeno religioso, desde o seu surgimento, a partir daquilo que convencionou-se chamar de *verdade religiosa*, até a organização dessa em religiões, quer enquanto positivas, quer em suas formas não axiomáticas, ou seja, não institucionalizadas. Por fim, em qualquer dos casos, delineia-se a conclusão de que apenas os parâmetros assinalados por Zubiri são insuficientes para atestar a veracidade de uma religião, visto que o objetivo de toda religião é a salvação humana, isto é, o seu *bem*. Em outros termos, o que as reflexões trazidas por Zubiri deixam patentes é que não há como se julgar a veracidade das religiões tendo como fundamento a verdade religiosa que cada uma delas possui, pura e simplesmente. Faz-se, pois, necessário um elemento exterior ao fenômeno religioso que possa mensurá-lo, e esse elemento é o ser humano, isto é, o aspecto humanitário e humanizador que pode vir a se fazer presente nas religiões.

Palavras-chave: Dogma; Religião verdadeira; Verdade religiosa; Zubiri.

Abstract. This article is an adapted fragment of the author's master's thesis entitled *Religion, ethics and peace: an analysis of the religious phenomenon based on tolerance in Voltaire*, which seeks to answer whether religion is a harmonizing element of human tensions and

* Mestrando em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Bacharel em Teologia (FTSA), licenciado em Letras (UCS) e em Pedagogia (Uninter).

E-mail: tgklohn@proton.me

conflicts or a justification for violence, intolerance and segregation. This exception, however, demonstrates part of that larger investigation made not from a theological perspective, but from a philosophical one, on the humanistic aspect in the religious phenomenon as a fundamental element to validate the so-called “true religion”. That study, of a bibliographic and polyphonic nature, starts from the protests against intolerance made in the French Enlightenment by Voltaire, then takes into consideration the observations made by other philosophers from illustration as well as from contemporaneity, and then, culminates in the propositions given by Xavier Zubiri, more specifically in his work *El problema filosófico de la historia de las religiones*. In this article, however, we point out only what Zubiri, from a phenomenal point of view, in the aforementioned work, considers to be the essential marks of all religions, that is: the sacred, a liturgical community, an eschatology and the experience of the sacred, which is intrinsic to the other three first brands. Furthermore, this article highlights the process by which Zubiri explains the religious phenomenon, from its genesis, from what is conventionally called *the religious truth*, to its organization into religions, either as positive or in their forms not axiomatic, i.e. as not institutionalized religions. Finally, in either case, the conclusion reached is that just the parameters provided by Zubiri are insufficient to attest to the veracity of a religion, since the objective of every religion is human salvation or its good. In other words, what the reflections brought by Zubiri make clear is that there is no way to judge the veracity of religions based on the religious truth that each one of them possesses. It is rather necessary to have an element outside the religious phenomenon itself in order to have the religions assessed, and that element is the human being, that is, the humanitarian and humanizing aspect that may be found within religions.

Key words: Dogma; Religious truth; True religion; Zubiri.

Introdução

Em meio às diversidades culturais, político-ideológicas e de interesses econômicos da sociedade da atualidade, que está cada vez mais interligada (graças ao progresso das tecnologias de comunicação e de transporte), porém, não necessariamente mais unificada e pacífica, a religião aparece, por vezes, como mais um agravante dos conflitos humanos. Em nome da religião países ainda são invadidos e subjugados, vidas ceifadas, muralhas erigidas, pessoas tolhidas de suas liberdades fundamentais, e preconceitos alargam abismos entre os seres humanos. Mas até que ponto, de fato, poder-se-ia responsabilizar as religiões em si pelas práticas desrespeitadoras das liberdades e dos direitos, pelos fanatismos, extremismos e violências e por seus caudatários? Seriam aquelas em sua essência tão diferentes a ponto de serem irreconciliáveis? Estes são questionamentos que incomodam cientistas das religiões, filósofos, sociólogos e teólogos desde o início da idade moderna, ao menos. Aqui, longe de se chegar aos pormenores desse amplo campo investigativo, resumem-se algumas das mais

importantes contribuições de Xavier Zubiri para o debate ao analisar e explicar a natureza do fenômeno religioso, sua origem e o papel que desempenha nas sociedades humanas.

1 O dogma e a religião

O dogma, ou o axioma da fé, é apenas uma das manifestações do fenômeno religioso, aquele tem sua origem na sociedade e sobre ela exerce influência além de, por vezes, impor-se sobre as manifestações religiosas individuais de caráter espontâneo e livre de uma padronização. Em outros termos, é a institucionalização da fé que produz o dogma, cimentando-a de maneira tal que, geralmente, acaba por se tornar não apenas a interpretação oficial, mas a única forma de expressão religiosa aceitável. Ora, com isso conclui-se que o dogma, paradoxalmente, se contrapõe à verdade religiosa de onde deriva; contrapõe-se porque a limita ao tentar explicá-la e/ou por tratá-la, por vezes, de maneira racional, objetivamente dissecando-a e, inclusive, em alguns casos, visando controlar o local e o tempo da sua manifestação. Zubiri (1993) questiona a institucionalização da verdade religiosa e sua imposição enquanto manifestação legitimadora da religião, contrastando-a com as ações emergentes da sociedade e limitando-a à esfera religiosa.

Por conseguinte, percebe-se que a verdade religiosa está para além de imposições socioculturais exteriores. Aquela tem sua origem na própria natureza humana inquisidora e desejosa, contraditoriamente, de controlar a realidade presente e futura, para tanto invocando o divino/sagrado; contraditoriamente, porque é com a mesma avidez por conhecer e dominar a realidade que, a cabo, cria para a própria verdade religiosa um antagônico, isto é, o dogma. Tal qual, depreende-se que a verdade religiosa é o próprio sagrado construído intrinsecamente na sociedade. Por isso, conclui Zubiri (1993, p.18, tradução nossa) dizendo: “O objeto preciso e formal do religioso seria o sagrado. Eles não são exatamente os deuses, porque há religiões que carecem deles.” Seja como for, se a verdade religiosa está na espontaneidade e livre forma da manifestação do sagrado (acrescente-se) “popular”, no sentido de leigo; o dogma, enquanto seu opositor, é o enrijecimento e delimitação da experiência religiosa leiga com um cunho clerical. De fato, o dogma é o liame entre a expressão religiosa e a sua instituição organizacional formal, isto é, a religião positiva. Nos dogmas estão as diferenças fundamentais entre as religiões, ao passo que na verdade religiosa, aquilo que elas têm em comum.

2 A diversificação da experiência religiosa

A verdade religiosa está, pois, no campo da liberdade de consciência. Sua sobrevivência é de certo modo subversiva ao dogma e, sendo intrínseca ao ser humano, não tem como ser subjugada de fora para dentro pelas instituições alheias à sua razão, à sua ética. Ponderar sobre tais quesitos ajuda a compreender a diversificação religiosa, que é uma consequência da problemática ao redor da verdade religiosa, e que pode conduzir a consequências outras, tais como: a intolerância entre dissidentes religiosos e o controle ou manipulação das massas por meio do discurso religioso institucionalizado oficial e único. Entretanto, um outro aspecto da verdade religiosa a se considerar é o trazido por Zubiri (1993) quando ele se refere àquilo que ele denomina de *religação*, e que, resumidamente, trata-se de duas coisas: primeiramente da relação do *eu* com a realidade em seu caráter exterior, ou seja, de como esse *eu* compreende e representa a deidade pelos e/ou nos componentes dessa realidade, e, em segundo lugar, em como a construção dessa deidade se relaciona interiormente com o indivíduo, isto é, com a sua percepção do divino. Tais aspectos da verdade religiosa deslocam-na para um campo de subjetividade tal que a torna ainda mais diversificada, pois são muitas as situações pelas quais passa o espírito humano em distintos corpos sociais e tipos de vida, como se já não fosse o bastante a dificuldade fundamental em se distinguir precisamente aquilo que é parte constitutiva da realidade em si daquilo que é um construto do *eu*, a citar as matérias com as quais lida a metafísica. Logo, para Zubiri (1993), relativizar a compreensão do divino segundo a subjetividade do *eu* é uma forma de explicar a diversidade das religiões, mas não somente isso, de submeter a compreensão da verdade religiosa à aceitação de que ela é o próprio *mysterium* enquanto dinâmica inexplicável da deidade presente em cada coisa existente e em suas inter-relações. Pelos mesmos motivos nenhuma verdade religiosa é ou pode vir a ser totalmente adequada ou completa, pois está para além da capacidade humana de apreendê-la plenamente – por isso, também, é que algumas questões de âmbito religioso não são exclusivas à teologia, mas matéria de discussão da filosofia, mais precisamente da metafísica. Seja como for, para Zubiri (1993), a verdade religiosa não abarca de maneira perfeita e completa a ideia do divino, enquanto se constitui um movimento através do *mistério religioso* em direção ao divino, mas distinto deste.

3 O fenômeno religioso e sua universalização

É de se questionar, porém, se a impossibilidade de se chegar a uma definição única para a verdade religiosa, devido ao seu caráter pessoal e profuso, constitui um empecilho para sua compreensão e, mais ainda, para o diálogo interreligioso. A resposta a tal indagação é que a verdade religiosa, mesmo em seu aspecto multifário de compreensão do divino, é, em essência, o mesmo em qualquer religião, pois ela não trata, como possa parecer em primeira análise, de deidades diferentes ou de revelações diferentes, mas de percepções diferentes de um mesmo fenômeno comum à humanidade, o fenômeno religioso e que assume representações díspares pelo caráter subjetivo de quem o vivencia. Zubiri explica isso assim:

O fato de haver uma multiplicidade de ideias religiosas é a dimensão negativa do que constitui positivamente o que chamei de difração.¹ É a difração da única realidade divina, pessoal e transcendente, no fundo do espírito humano e de todo o universo. Ela, então, aparece em uma forma múltipla; e essa multiplicidade é essencial como possibilidade de marcha do pensamento religioso. (1993, p. 150, tradução nossa).

A verdade religiosa é, pois, uma “verdade itinerante”, cambiável, evolutiva e de fé – se avaliada de sua perspectiva metafísica. Ela, a verdade religiosa, é justamente o ponto em que as religiões se assemelham entre si, pois todas existem em torno de uma crença enquanto verdade religiosa, mas, também, um ponto onde se distanciam umas das outras (mediante ao que Zubiri chamou de difração), visto que cada qual tem sua maneira distinta de perceber e explicar o divino, algumas de uma maneira mais lógica e conceitual, ao passo que outras, mais fantástica, mitológica até. Seja como for, a verdade religiosa, de onde deriva a ideia da divindade, é mutável e, ao longo da sua existência, supera e cria novos paradigmas que deverão ser futuramente superados em novos contextos.

4 A religião verdadeira

A verdade religiosa é, portanto, uma representação do sagrado, pertencente ao campo da liberdade de consciência e se dar subversiva ao dogma, além de ser de caráter subjetivo, pois

¹ A difração, termo da Física que Zubiri toma emprestado, diz respeito à maneira como um fenômeno manifesto sob a forma de ondas, por exemplo, a luz ou o som, sofre interferência em sua propagação devido à presença de obstáculos em seu caminho. No caso do fenômeno religioso, essa “difração” (que pode ser ocasionada por aspectos culturais, sociais, políticos e da própria personalidade e interesses particulares do indivíduo humano) produz a multiplicidade de ideias e práticas religiosas.

é um *eu* em cada indivíduo que a constrói, conforme percebe a realidade, a fim de alcançar o divino. Mas há ainda dois enfoques a respeito da verdade religiosa a serem comentados: o da sua veracidade e a da fé. É inegável que para todo crente sua religião é verdadeira. Alguns vão ainda mais longe a ponto de afirmar que a sua religião é a única verdadeira. Se esse é o sucedido com algumas religiões, por exemplo, entre o judaísmo, o cristianismo e o islamismo que, para se afirmarem, anulam-se mutuamente, como esperar que haja diálogo, cooperação e harmonia entre as mesmas? Existiria de fato uma única religião verdadeira e, por conseguinte, todas as demais seriam falsas? Esse aspecto da verdade religiosa é sem dúvida o mais conflituoso, pois geralmente é manifestado de maneira conclusiva e dogmática, não admitindo espaços para questionamentos e menos ainda divergências.

Zubiri (1993) argumenta que há três condições que fazem de uma religião verdadeira: possuir uma concepção do sagrado, uma comunidade cultural e uma escatologia. Entretanto, esse filósofo das religiões parece sugerir a existência ainda de uma quarta condição, intrínseca àquelas três e de caráter mais ontológico, para se caracterizar uma religião como verdadeira – apesar de não nomeá-la explicitamente –, que seria a maneira através da qual, quer individualmente ou em comunidade, a religião é percebida, experimentada e legitimada em si. Seria, pois, nessa condição subjetiva de sua experimentação que a religião se tornaria “verdadeira”, pois assumiria um aspecto vivenciável e de fé. E, semelhantemente, ele sugere um quinto elemento, ainda, constituidor das religiões que seria o compartilhar de uma mesma crença. Diz ele:

Em segundo lugar, Deus não é apenas o fundamento do mundo – cosmogonia –, mas é também o fundamento da unidade dos que nele creem. É, de uma forma ou de outra, uma eclesiologia: é uma visão dos fiéis de Deus. Agora, este conceito de *εκκλησια*² é confuso e enganoso. O que quero dizer não é que o que chamamos de igreja, grupo, etc., seja essencial para uma religião. Há tantas religiões que carecem ou não têm isso. Os gregos nunca tiveram uma *εκκλησια* no sentido de comunidade, muito menos de organização. O que é essencial para toda religião é, a meu ver, outra coisa. Cada indivíduo, pelo fato de ter fé em seu Deus, participa de uma forma ou de outra da fé que outros indivíduos têm em relação ao mesmo Deus. E esta participação é a única coisa que realmente, temática e radicalmente – a todas as religiões – deve ser chamada de *εκκλησια*. Trata-se de participar da mesma fé, não de ter uma organização ou reunião na forma de uma assembleia. São pessoas que têm a mesma atitude religiosa diante do mesmo Deus. E é uma atitude religiosa que não só cada um tem, mas cada um também sabe que os outros a têm, que é compartilhada. (1993, p. 102-103, tradução nossa).

² Em grego, /ecclesiae/, isto é, “igreja”.

Recapitulando, por sagrado Zubiri se refere, em termos gerais, aos deuses (apesar de nem toda religião os possuir); por comunidade cultural, ele quer dizer aqueles que se dedicam atos cúlticos e comportamentais para o serviço e agrado dessa realidade poderosa chamada *deuses*; enquanto que, por escatologia, ele alude à crença num destino e significação existencial para o ser humano a serem determinados pelos deuses. Todavia, o elemento fundamental a toda religião verdadeira, destaca Zubiri (1993), é sua divindade pois é a partir dela que serão determinados a prática cúltica, a moral e crença escatológica da comunidade religiosa. Logo, é interessante observar que as características aqui elencadas, para definir se dada religião é verdadeira ou não, não dizem respeito às particularidades do sagrado, da comunidade cultural e escatológica da religião em si, mas à presença ou não desses traços característicos comuns a todas as religiões. Assim considerando, é certo comentar que não é por causa da presença ou não de tais traços característicos que se testemunha o conflito entre religiões diferentes, mas, justamente, pelas particularidades em cada um deles. Ou seja, o conflito religioso brota ao se deslocar a verdade religiosa de uma condição exterior comum a todas as religiões, para outra particular, de fé, por assim dizer.

5 Os múltiplos aspectos da verdade religiosa

Quanto à verdade religiosa da perspectiva da fé, primeiramente, esta não é, pois, uma verdade lógica em que pensamentos equivalem a fatos; é a verdade de uma entrega completa e inquestionável aos fundamentos da religião, podendo ainda ser de forma irrefletida, inconsequente, “cega”, como diz o senso comum, e do qual alguns vão se valer a fim de manipular a massa crente. Logo, o que se quer expressar aqui é que a verdade religiosa diz respeito a uma realidade manifesta mas não necessariamente factual. Parafraseando Zubiri (1993), por exemplo, se, nos primórdios civilizatórios, o ser humano ao ouvir o retumbar de um trovão cria estar escutando a voz de Deus, tem-se aí um exemplo de realidade manifesta mas não factual – evidentemente, deve-se ter aqui o cuidado de lembrar que a ausência de um fato na construção de um raciocínio não faz deste obrigatoriamente uma verdade ou uma inverdade.

Em segundo lugar, a verdade religiosa, tomada do viés da fé, é uma crença que não se conforma nem se adéqua ao meio em que está, mas transcende-o metafisicamente, assumindo, conforme Zubiri (1993, p. 66, tradução nossa), o sentido de uma “estrada que conduz o crente

a Deus”. Contudo, tal verdade pode assumir, também, um perfil alienante, como convicções alheias à realidade material em que se está inserido, uma espécie de “fuga” da consciência da realidade presente indesejada para outra melhor, num devaneio, um arrebatamento, que leva o crente até o divino. Ora, no linguajar poético religioso, essa fuga direciona-se geralmente a locais do imaginário místico simbolizados por expressões como “abrigo”, “presença de Deus”, “castelo forte” (esta utilizada por Lutero em um de seus hinos) e similares, mas pode igualmente direcionar-se a construtos antropomórficos como “Mãe de Deus”, “Deus Pai”, ou a uma “mão que consola”, à “mão de Deus”, etc. Trata-se, portanto, de uma verdade religiosa que surge como provimento de alívio, segurança, calma, esperança, etc, e como resposta momentânea ao sofrimento hodierno humano. Na literatura fantástica, esses momentos de êxtase religioso e de separação do mundo sensível são, por vezes, representados pela possibilidade de se acessar mundos paralelos sempre que se é ameaçado no mundo presente, a exemplo, *As Crônicas de Nárnia*, de Lewis, que alude a esse aspecto da verdade religiosa cristã, porém de forma maravilhosa.

Além desse lado transcendente, escapista, da verdade religiosa, e focado exclusivamente no divino, ela pode assumir outro viés voltado especificamente ao crente, no sentido de lhe proporcionar um *status* que, fora da esfera religiosa, não lhe seria possível. Em outros termos, a verdade religiosa pode suscitar no prosélito crenças que o enaltecem e dignificam, por exemplo, de “ser filho de Deus”, de “estar possuído por um espírito de luz”, de “possuir sensibilidade mediúnica”, de “estar salvo”, de “ter um dom espiritual”, “de ser um profeta”, entre outras. Ou seja, pela fé alguém desprezível e impotente em sua vida secular cotidiana pode passar a assumir papéis importantes e prestigiados, além de realizar o que não seria possível na realidade não transcendente. Pode-se dizer até que a verdade religiosa permite, por meio da fé, a carnavalização³ da realidade, como na tradicional celebração popular onde o “plebeu” vira “rei”, o carnaval. Essa suspensão do real pela carnavalização, mediante a fé, não deixa de ser uma maneira de relativizar o dogma e de questionar sua legitimidade – lembrando que: a verdade religiosa é por essência subversiva ao dogma –, e de possibilitar, justamente, o discurso de denúncia profética à ordem social estabelecida e, por vezes, delatando a própria

³ Termo forjado pelo literato, historiador e filósofo Mikhail Mikhailovitch Bakhtin para indicar a suspensão das hierarquias sociais e sua reorganização nas artes segundo uma consciência de ordem sociológica. Considerando que, para esse teórico, a consciência individual adquire existência e forma mediante os signos criados por dado grupo no decurso de suas relações sociais (FREITAS, 1994), pode-se considerar que também na esfera religiosa seja possível essa condição de ruptura da estrutura social para outra de natureza não apenas metafísica e transcendental, mas carnavalesca, com o empoderamento dos fracos.

instituição religiosa, suas práticas, seu clero e o autoritarismo. Nesse sentido, em vez de ser um aspecto alienante da verdade religiosa, elusivo da realidade, seria conscientizador e renovador.

Considerações finais

Em suma, a verdade religiosa, da perspectiva da fé, é um campo tão extenso e diversificado quanto a subjetividade de quem a vivencia e não há, pois, como estabelecer, em matéria de fé, parâmetros para medir a veracidade de uma crença religiosa devido ao seu caráter muitas vezes alheio à realidade material e factual. O que se conclui com isso é que todas as religiões são verdadeiras apenas diante da subjetividade que as produz, apenas enquanto constructo de quem nelas crê, não sendo possível avaliá-las metafisicamente em termos de veracidade. Zubiri (1993) concorda com essa opinião ao afirmar que, em todos os vieses que se tomar a verdade religiosa segundo a fé – transcendência, imanência e imersão –, em qualquer delas, efetivamente, o crente ascende à divindade. Resta perguntar se haveria, então, alguma outra forma de mensurar a verdade religiosa objetivando classificá-la. Talvez, já que a verdade religiosa não consegue fornecer por si só uma régua universal com a qual se possa medir adequadamente todas as suas manifestações, talvez, essa régua possa ser encontrada fora do fenômeno religioso. Voltaire (2019) sugeriu que essa medida fosse a razão, que também é um campo vasto de investigação e com múltiplas possibilidades, inclusive de uma razão que se baseia na verdade religiosa – o que não seria útil aqui, visto que conduziria a um raciocínio circular. Então, é possível que, a única medida com a qual se possa avaliar o bem no fenômeno religioso seja uma razão voltada ao próprio ser humano e que avalie em termos práticos aquilo que a religião tem a proporcionar à pessoa humana independente do que essa creia ou deixe de crer. Nesse sentido, e para concluir, poder-se-iam considerar como verdadeiras apenas as religiões de cujas propostas salvíficas beneficiassem ao ser humano de maneira abrangente (a crentes e não-crentes) e integral, isto é, em todos os aspectos da vida humana (religiosos, sociais, familiares, trabalhistas, etc), proporcionando ao indivíduo autonomia intelectual e moral, dignidade, igualdade de direitos, respeito em sua diversidade, libertação de preconceitos e de qualquer forma de opressão.

Referências

FREITAS, M. T. de A. *Vygotsky e Bakhtin*. São Paulo: Ática, 1994.

LEWIS, C. S. *The chronicles of Narnia*. London: Harper Collins, 2004.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. Porto Alegre: L & PM, 2019.

ZUBIRI, X. *El problema filosófico de la historia de las religiones*. Alianza Editorial: Madrid, 1993.